

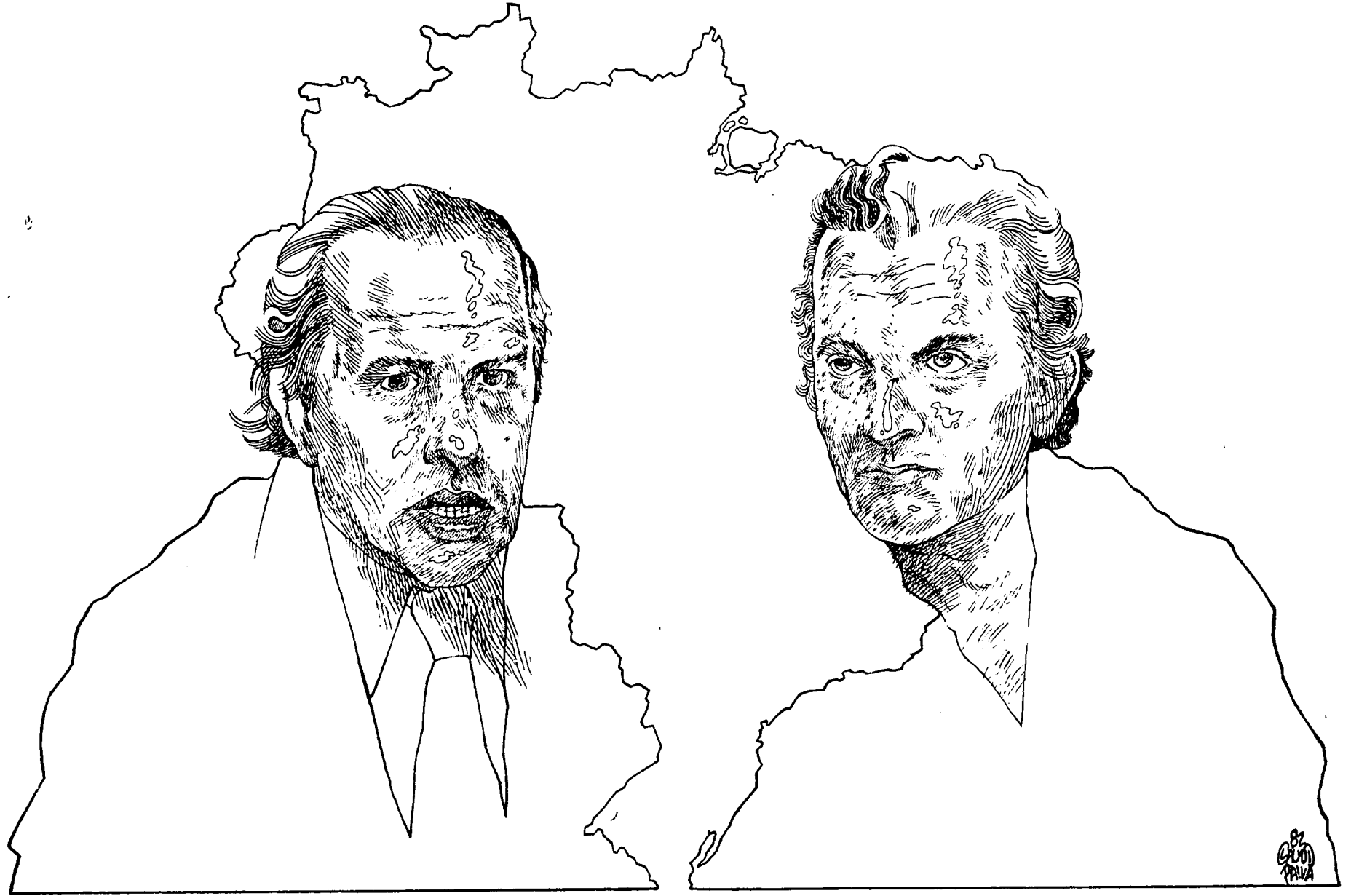
Mário Simonsen & Celso Furtado apresentam BRASIL EM TEMPO DE CRISE

Kristina Michahelles

PARA Celso Furtado, um cartel de devedores seria um poderoso instrumento de pressão na atual crise econômica; Simonsen adverte que não dá para “vestir os banqueiros da fantasia de Papai Noel”. Simonsen é contra a atual política salarial, Furtado a considera um “ato louvável”. Integrantes de escolas econômicas distintas, no entanto, os dois ex-ministros concordam em várias das questões discutidas (em entrevistas separadas).

Admirador de Wagner e adepto do xadrez, Mário Henrique Simonsen tem 47 anos. Foi Ministro da Fazenda no Governo Geisel e do Planejamento nos primeiros meses do Governo Figueiredo. Votará no PDS, e não tem o menor interesse em voltar a ser ministro. Hoje, Simonsen dirige a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e publicará brevemente um novo livro sobre macroeconomia.

Fundador da Sudene e Ministro do Planejamento no Governo João Goulart, Celso Furtado, 62, está com o PMDB e ainda teria entusiasmo em voltar a ser ministro — “se houvesse condições apropriadas”. Furtado leciona em Paris e recentemente lançou o livro *A Nova Dependência*.



Recessão em 1983

Simonsen — A austeridade de 83 é determinada pelas condições do balanço de pagamentos. Há luzes no horizonte, provenientes da queda das taxas de juros internacionais, o que alivia a nossa conta de serviços e pode significar também uma reativação da economia mundial, com mais oportunidades para as nossas exportações.

— Mesmo assim, poderá haver dificuldades, e é importante para o Brasil tomar medidas que evitem um desemprego elevado em função da contração da demanda. Além de mudar a atual política salarial, deveria dar-se mais estabilidade ao emprego, por exemplo, estendendo o prazo do aviso prévio, hoje de 30 dias, para 90 ou 120 dias.

— Recessão é um acidente de percurso. Você pode explicar uma recessão temporária pela necessidade de um ajuste imprevisto no balanço de pagamentos, ou de um ajuste rápido da inflação. Mas você não pode desejar recessão como norma para o funcionamento econômico do país — seria o contrário da finalidade de qualquer política econômica.

Furtado — A recessão não é terapia para o nosso balanço de pagamentos, pois o nosso problema está na conta de capital. Num país que tenha um problema de balanço de pagamento tratável, ao nível da balança comercial, a recessão pode ser um remédio. A recessão tampouco resolve o problema da inflação, que, no Brasil, marcha sobre o déficit público e os subsídios ao setor privado.

— Sacrificios têm que ser feitos, mas de maneira a prejudicar o menor número possível da população. E a massa da população se prejudica ao máximo com o desemprego e com uma parada geral da economia. Parto do princípio que o nosso objetivo deve ser a retomada do crescimento. Para isto, o Brasil dispõe de um enorme mercado interno a ocupar e de possibilidades grandes de comércio com o Terceiro Mundo.

— É claro que o crescimento deve realizar-se dentro de um espaço que é dado pela estrutura do sistema. “O chassi está empenhado”, dizia eu em 1980, quando o Brasil cresceu a 8% e tinha um desequilíbrio enorme no balanço de pagamento, estava crescendo de forma desordenada, louca. E com um chassi empenhado, você vai e pisa no acelerador? Depois tiveram que voltar atrás, desmontar tudo. Se a política tivesse sido moderada, uma recessão moderada, como pretendia Simonsen, você teria atravessado tudo isto com mais tranquilidade, menos escândalo.

Renegociação da dívida

Furtado — Em 1980, nunca teria pensado que o Brasil chegaria a 82 sem renegociar sua dívida. Qualquer país busca uma saída quando vê suas reservas ameaçadas. Aqui, as reservas praticamente desapareceram e eles ficaram aí, dependendo da boa vontade dos banqueiros. Num *imbroglio* destes, você precisa tomar a coisa por alguma ponta, e a mais indolente é a dívida externa.

— Sempre fui contra ir ao FMI, até porque ele não dispõe de fundos. O Brasil já deveria ter reescalonado sua dívida quando ainda tinha uma posição forte, há algum tempo atrás. Mas isto já não faz sentido, porque chegamos à situação que aí está, não temos mais reservas, portanto é provável que iremos ao FMI dentro de alguns meses.

— O primeiro passo que o Brasil deveria dar é convocar uma reunião de consulta dos países devedores, para definir uma política comum e chegar à negociação geral, como ficou definido em Cancún. Os banqueiros também não estão permanentemente em consulta, uns com os outros? É preciso estabelecer um contrapeso e depois ir em direção a uma reordenação do sistema financeiro internacional.

— Esta história de dizer que a dívida brasileira é bem administrada é, na realidade, uma evidente manobra para

separar o Brasil do Terceiro Mundo e evitar que ele assuma papel de liderança neste processo.

Simonsen — É muito difícil um país tirar alguma vantagem do reescalonamento da dívida, a não ser quando você tem uma concentração muito grande da dívida a curto prazo, como foi o caso do México. Isto não ocorre no Brasil. Não digo que se deva descartar, *a priori*, a hipótese de reescalonar a dívida, por uma questão de orgulho nacional. A questão é de pragmatismo. Você pode admitir que, se no ano que vem os bancos não quiserem sequer nos emprestar os 8 bilhões de dólares para as amortizações, seria o caso de reescalonar a dívida. Mas não há esta perspectiva.

— Os países devedores podem até se juntar e dizer que não vão pagar sua dívida, ou que querem reescaloná-la. Agora, conseguir créditos em condições melhores em função disto parece querer vestir os banqueiros internacionais da fantasia de Papai Noel. O que me parece razoável é fazer o que fez o Presidente Figueiredo ao ir à ONU e apelar aos países desenvolvidos que adotem políticas que façam baixar as taxas de juros, que são um assassinato para os devedores e um suicídio para os credores.

— Uma outra medida, que também está sendo feita pelo Governo, é um grande esforço de relações públicas mostrando que o Brasil tem uma administração econômica muito diferente de outros países que entraram em dificuldades recentemente e que a nossa política de boa vizinhança não significa necessariamente solidariedade nos erros.

Corte das importações

Furtado — Há dois anos, eu já dizia que é indispensável o controle das importações. Mas não de maneira abrupta, desta forma improvisada. O corte de importações deveria ter sido feito dentro de um plano sistemático de substituição de importações, pois é preciso ver, primeiro, até que ponto as empresas têm estoques, até que ponto podem fazer esta substituição.

— Conseguir um superávit de 5 a 6 bilhões de dólares na balança comercial no ano que vem é uma insensatez completa. Não adianta fazer um corte drástico de importações: é preciso fazer um plano explícito de substituição de importações, senão a economia vai abaixo.

— Na verdade, criou-se no país uma espécie de anomia, uma incapacidade de entender que o Governo está fechado numa lógica, que é a lógica dos banqueiros. Mesmo um país como a Venezuela, que tem 15 bilhões de reservas, que produz e exporta petróleo, está negociando sua dívida, para evitar que se chegue a uma situação como esta. E o Brasil não. Como se fosse um ponto de honra.

Simonsen — O superávit comercial no ano que vem não será gerado como alternativa de política econômica, mas como algo para o que não há alternativa. Este é um superávit que tem que ser conseguido por bem ou por mal. O Brasil não pode emitir dólares, é esta a questão. A solução temporária foi o corte de importações, que talvez não fosse a única maneira de fechar as contas, se tivéssemos reservas folgadas. Mas eu não sei o nível das nossas reservas. Não adianta, no momento, imaginarmos uma estratégia de longo prazo, se não resolvermos os problemas de curto prazo.

— Uma política de longo prazo necessariamente tem que contemplar mais substituição de importações, que é uma política cara, mas que dá mais segurança nacional. Entre 74 e 81, o Brasil empreendeu um vasto programa de substituição de importações, e o resultado foi que, neste período, excluindo petróleo, as importações caíram 37% em termos reais, apesar do crescimento da economia. Se isto não tivesse sido feito, numa situação destas, agora, teríamos ainda mais dificuldades a enfrentar.

Investimentos públicos

Simonsen — É importante cortar o déficit público, mas os melhores gastos a serem reduzidos são os de custeio, de transferências e de subsídios. Alguns cortes de investimentos podem ser inevitáveis, mas não se pode

concentrar todo o peso dos cortes nos investimentos, pois isto compromete o desenvolvimento futuro do país e mutila as encomendas da já combalida indústria de bens de capital. Surgiu ultimamente no Brasil uma mania de dizer que tudo quanto é investimento é indesejável. Uma economia só cresce na medida em que se investe, e projetos como Carajás são importantíssimos para o futuro.

— Deveria existir um orçamento monetário que realmente disciplinasse as despesas feitas pelo Governo. O atual orçamento facilita muito os gastos públicos desordenados. Em toda a parte do mundo, o déficit público é um dado de conhecimento geral, graças a orçamentos disciplinados.

Furtado — O nível de investimentos públicos que o Governo realiza é absurdo. Portanto, é louvável que agora se queira cortar. Outra coisa é traduzir esta meta em medidas concretas, de forma a cortar seletivamente. E, assim, teriam que ser reduzidos os investimentos em Carajás, porque este projeto não vai dar um tostão para o Brasil até 85. Carajás, até 85, é sangria de divisas. A redução dos investimentos deve ter como objetivo máximo estabelecer eficiência nos investimentos. Estou de acordo com a redução dos investimentos, mas dentro de uma metodologia que seja seletiva e que permita aumentar a eficácia dos investimentos e continuar aumentando a criação de empregos e desenvolver o mercado interno.

— A lógica do investimento público, hoje, é a captação de dólares. Neste ano, 60% dos dólares captados no exterior são de empresas do Governo, e no ano que vem vai ser ainda mais. Portanto, só haverá racionalização dos investimentos se se escapar disto. Como você vê, *on revient toujours* à dívida externa.

Política salarial

Furtado — A atual política salarial é louvável. É o único ato deste Governo que revela uma preocupação em diminuir os efeitos da grande concentração de renda que ocorreu nos últimos 20 anos. Na Europa, a diferença entre os menores e os maiores salários é de um para seis, de um para oito. Aqui há pessoas ganhando até 200 salários mínimos. Isto tem que ser corrigido.

— Não se pode culpar a política salarial por criar inflação: ela é apenas um mecanismo de transmissão da inflação, e não um foco gerador. Uma política antiinflacionária deve se concentrar nestes focos, como o grande déficit público, a enorme massa de subsídios. Com algum fundamento, poderia se dizer que a atual lei aumentou a rotatividade e criou desemprego — mas isto deve estar ligado à recessão. É bem possível que em outras circunstâncias não houvesse tanta rotatividade.

— Ela é, no momento, a política mais acertada para o país. A brusca elevação do salário mínimo não seria a solução, pelo contrário: reduziria muito o emprego e faria com que grande parte dos que ganham atualmente salário mínimo passassem para o mercado paralelo de trabalho.

Simonsen — Há dois problemas na política salarial de hoje: primeiro, ela é um realimentador permanente de inflação, o que não seria tão grave numa economia de taxas de inflação constantes ao longo do tempo, mas gera distorções quando justamente se quer combater a inflação via contenção da demanda. Em segundo lugar, a política salarial tem uma intenção distributiva vinculada à própria taxa de inflação: ela redistribui renda dentro do grupo de assalariados quando a inflação é alta, mas não faria nenhuma redistribuição se a inflação estivesse baixa. Deve-se convir que não há lógica em vincular distribuição da renda à taxa de inflação.

— Por outro lado, a lei não pode fazer aquilo que o mercado rejeita: ela realmente provocou uma rotatividade muito acelerada da mão-de-obra nas camadas baixas. O mercado obviamente burla esta tentativa de distribuição de renda através do desemprego e da rotatividade.

— Para o Brasil, no momento, o melhor seria o Governo interferir no mercado de trabalho exclusivamente através do salário mínimo e permitir a negociação de qualquer outro salário. Política de distribuição de renda se

faz através de política fiscal, através de medidas de incentivo à educação e à saúde, e não simplesmente através de um mecanismo salarial.

Subsídios à agricultura

Simonsen — É preciso haver subsídios à agricultura, à educação, à saúde. No caso da agricultura, é muito mais barato dar incentivos a alimentos do que ao crédito agrícola, e os benefícios finais são os mesmos. O problema dos subsídios a créditos é que nem sempre beneficiam a quem produz, mas a quem toma dinheiro emprestado. Além disso, em geral, exorbitam a qualquer previsão.

— Os subsídios não deveriam ser financiados através de inflação, mas através de impostos, e eu acho que o imposto que deveria ser aumentado neste exato momento é o Imposto de Renda para os ricos, tornando os benefícios da política de gastos públicos mais visíveis para os pobres. Isso corresponde a educação gratuita, a assistência à saúde, e a subsídios a alimentos básicos.

Furtado — O que há é uma enorme desordem. Para manter estes subsídios que estão sendo concedidos, você tem que ter recursos. Uma política de subsídios pode ser acertada, mas só quando o Governo dispõe dos meios necessários. Alguém sempre tem que pagar estes subsídios, e o Governo de alguma maneira tem que tirar estes recursos da coletividade.

— Eles estão fazendo isto através de inflação, que é a forma mais injusta de fazê-lo. Os subsídios deveriam ser financiados através de impostos, mediante uma reforma fiscal. O que existe aqui é a completa inadequação dos meios usados para dar subsídios à agricultura, o mesmo ocorrendo em relação ao setor exportador.

Soluções possíveis

Furtado — O Brasil é um país com possibilidades imensas. Primeiro, a estratégia seria buscar a negociação internacional, em vez de pechinchar com os banqueiros. E, imediatamente, ligar estas negociações a um reforço do comércio bilateral, abrir linhas de crédito com os outros países latino-americanos, assegurar o petróleo do México, da Venezuela, por exemplo.

— O Brasil é privilegiado, porque a sua indústria está muito desenvolvida, e ela se deve voltar cada vez mais para o mercado interno, cujo potencial é grande. Todos os ingredientes para tirar o Brasil disso que está aí existem. Falta a atitude psicológica, que as classes dirigentes perderam. A minha impressão é que elas perderam o rumo. É claro que qualquer reestruturação exige sacrifícios, mas eles podem ser menores do que os danos causados pela recessão e pelo desemprego.

Simonsen — É importante que o Brasil reative negociações bilaterais de comércio, que desloque as atuais correntes de comércio, importando mais de quem é mais capaz de absorver suas exportações, e que hoje não está absorvendo mais exportações por não ter uma moeda adequada para pagar. Num convênio bilateral, esta moeda pode ser transformada numa mercadoria que o país tenha e que nos interesse, como o petróleo. Seria um mecanismo indireto de trocas através de uma conta bilateral de compensação, onde os bancos centrais mantêm certos saldos recíprocos. Claro que a longo prazo o bilateralismo não é solução, porque através deste mecanismo o país não compra necessariamente do melhor fornecedor do mundo, mas agora é uma maneira de melhorarmos o saldo comercial.

— Outra medida importante é garantir os tomadores de empréstimos em moeda estrangeira contra qualquer mudança no regime cambial, reforçando a sua confiança. Finalmente, o Brasil precisa continuar mostrando que sabe administrar bem a sua economia.

Kristina Michahelles é repórter da Editora de Economia do JORNAL DO BRASIL